

UBE A

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA

CNPJ 88.630.413/0001-09

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	245.613	221.290	Fornecedores		188.637	130.291
Mensalidades a receber	5-a	198.976	165.988	Salários a pagar		26.177	23.616
Crédito educativo a receber	5-b	44.487	40.508	Obrigações a pagar		22.550	20.334
Contas hospitalares	5-c	118.344	108.317	Obrigações fiscais		1.734	1.338
Outras contas a receber	6	96.453	67.424	Provisão de férias		65.126	59.121
Estoques	7	15.154	13.525	Empréstimos e financiamentos	9	43.581	20.382
Subvenções a receber com restrição	16-a	111.608	90.144	Subvenções a realizar com restrição	16-b	191.055	156.230
Despesas antecipadas		1.309	1.280	Outras obrigações		2.434	7.300
		831.944	708.476	Receitas a apropriar	11	107.664	111.068
						648.958	529.680
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Mensalidades a receber	5-a	42.979	45.731	Fornecedores		25.494	25.607
Crédito educativo a receber	5-b	192.997	184.200	Empréstimos e financiamentos	9	138.017	173.753
Outras contas a receber	6	7.557	8.491	Provisão para contingências	10	85.940	80.636
Investimentos		239	239	Bens em comodato		601	2.296
Imobilizado e intangível	8	768.058	760.583	Outras obrigações		8.465	8.216
		1.011.830	999.244	Receitas a apropriar	11	36.671	44.042
						293.188	334.550
Total do ativo		1.843.774	1.707.720	Patrimônio líquido	15		
				Patrimônio social		611.471	583.035
				Reserva de reavaliação		232.019	236.828
				Superávit do período		58.138	23.627
						901.628	843.490
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.843.774	1.707.720
(As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis)							
Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)							
		Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit do Período		Patrimônio Líquido	
Em 31 de dezembro de 2021		511.058	241.637	67.169		819.864	
Absorção do superávit		67.169	-	(67.169)		-	
Realização da reserva de reavaliação		4.809	(4.809)	-		-	
Superávit do período		-	-	23.627		23.627	
Ajustes de exercícios anteriores		(1)	-	-		(1)	
Em 31 de dezembro de 2022		583.035	236.828	23.627		843.490	
Absorção do superávit		23.627	-	(23.627)		-	
Realização da reserva de reavaliação		4.809	(4.809)	-		-	
Superávit do período		-	-	58.138		58.138	
Em 31 dezembro de 2023		611.471	232.019	58.138		901.628	
(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)							
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
1. Contexto operacional							
A União Brasileira de Educação e Assistência, fundada em 11 de setembro de 1963, é uma pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil beneficente de assistência social, comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social e reconhecida pelos Decretos de Utilidade Pública Estadual nº 16914/64 e Federal de 27 de março de 1992. Conforme seu Estatuto Social, tem por finalidade promover a assistência social, incluídas a educação - preferencialmente a educação superior, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia, a integração ao mercado de trabalho e outras atividades beneficentes, de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Na promoção de assistências social a UBEA também executa serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de forma gratuita e de caráter contínuo, permanente e planejado. No cumprimento do Artigo 14º do CTN e conforme Artigo 5º, do seu Estatuto, a UBEA não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou beneficiários, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.							
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras							
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada e emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, bem como em conformidade com a Lei 6.404/76, considerando as alterações introduzidas na Lei nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social. As práticas contábeis mencionadas foram baseadas na resolução referida, e quando não previsto nessa resolução, levaram em consideração os pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas que as integram, estão apresentadas em milhares de reais. A Administração da Instituição aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de abril de 2024.							
3. Principais políticas contábeis							
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão abaixo definidas, e se aplicam a todos os exercícios apresentados. a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. b) Mensalidade e contas hospitalares a receber - São decorrentes dos serviços prestados nas atividades de ensino e de saúde, até a data do balanço. As mensalidades a receber são decorrentes basicamente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial e online, tendo a modalidade EAD, correspondente reflexo, nas rubricas de Receitas a Apropriar. As contas hospitalares a receber são decorrentes de serviços de internações, atendimentos ambulatoriais, exames clínicos e demais serviços na área da saúde. c) Estoques - Estão avaliados pelo custo médio ponderado, não superando o preço corrente de mercado. d) Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de correção monetária até 31/12/1995 e reavaliações posteriores, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada por método linear, para que os custos sejam alocados aos seus valores residuais, observando a vida útil estimada. Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, foi mantido o valor contábil da reavaliação, sendo que sua realização é reconhecida por intermédio das quotas de depreciação dos imóveis que lhe deram origem ou quando da alienação dos respectivos ativos. e) Redução ao valor recuperável de ativos - Os ativos da Entidade não estão registrados por valores superiores àqueles passíveis de recuperação pelo uso ou por venda, não sendo necessários registros contábeis decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos. f) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos, são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos das transações, demonstrados pelo custo amortizado, até a data das demonstrações financeiras, sendo as variações entre os valores captados e pagos reconhecidas no resultado do período em que estejam vigentes, utilizando as taxas de juros estabelecidas em contrato, classificados como passivo circulante ou não circulante, conforme as respectivas datas de liquidação. Os custos de empréstimos vinculados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que necessitam de um período maior para serem concluídos e estarem disponíveis para uso ou venda, são registrados como parte do custo do ativo, quando for provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. g) Provisões - As provisões para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização destes ativos, considerando-se os riscos envolvidos, as experiências passadas, os processos de recebimento em andamento, bem como pelas estimativas apresentadas pelos assessores jurídicos. As provisões para contingências são constituídas como base em eventos passados, onde seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, com uma futura saída de recursos, para liquidar a contingência/obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a legislação vigente, as jurisprudências e decisões mais recentes sobre os assuntos, bem como avaliações periódicas dos advogados internos e externos. h) Doações e Subvenções - Representados por termos, convênios e parcerias, onde os recursos são advindos dos governos federal, estadual e municipal, sendo tais recursos utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, aplicados no mercado financeiro, sendo a totalidade das receitas financeiras, quando permitido, revertida para o próprio projeto. As doações e subvenções para investimentos foram registradas nas respectivas contas do ativo imobilizado, tendo como contrapartida conta retificadora do próprio grupo, ocorrendo o reconhecimento da receita, pela realização da depreciação dos itens, ou quando atendidas as condicionantes dos doadores. Enquanto mantidas como redutoras do ativo imobilizado, a depreciação é reconhecida em conta retificadora da despesa com depreciação. As entradas e saídas de recursos por meio desses repasses são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência, em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".							
4. Caixa e equivalentes de caixa							
As aplicações financeiras referem-se a títulos de alta liquidez, não estando sujeitos a risco de mudança de valor, podendo ter resgate imediato. A Administração da Entidade não pretende resgatar os valores antes dos seus vencimentos, sendo a composição a seguinte:							
		2023	2022				
Caixa e bancos conta movimento		1.430	1.627				
Bancos contos de convênios		84.763	74.689				
Aplicações financeiras - renda fixa (*)		159.420	144.974				
Total		245.613	221.290				
(*) As aplicações financeiras, referem-se substancialmente a operações pós-fixadas lastreadas, remuneradas a um percentual do CDI (63,66%), IPCA (11,56%) e outros (24,78%) podendo ser resgatadas a qualquer tempo, a preços e taxas de mercado.							